

08/08/2022

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 964.659 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
RECTE.(S)	: GREICE ALVES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ADAO IVANOR DO PRADO
RECDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE SEBERI
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SEBERI
AM. CURIAE.	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO (IBDP)
ADV.(A/S)	: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO-DPU
ADV.(A/S)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AM. CURIAE.	: SINDSAÚDE - SINDICATO DOS SERVIDORES DA SAÚDE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S)	: RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO

EMENTA

Direito Constitucional e Administrativo. Remuneração inferior a um salário mínimo percebida por servidor público civil que labore em jornada de trabalho reduzida. Impossibilidade. Violação do art. 7º, inciso IV, e do art. 39, § 3º, da CF. Violação do valor social do trabalho, da dignidade da pessoa humana e do mínimo existencial. Recurso extraordinário provido.

1. O pagamento de remuneração inferior ao salário mínimo ao servidor público civil que labore em jornada de trabalho reduzida contraria o disposto no art. 7º, inciso IV, e no art. 39, § 3º, da CF, bem como o valor social do trabalho, o princípio da dignidade da pessoa humana, o mínimo existencial e o postulado da vedação do retrocesso de direitos sociais.

2. Restrição inconstitucional ao direito fundamental imposta pela lei municipal, por conflitar com o disposto no art. 39, § 3º, da Carta da República, que estendeu o direito fundamental ao salário mínimo aos

RE 964659 / RS

servidores públicos, sem nenhum indicativo de que esse poderia ser flexibilizado, pago a menor, mesmo em caso de jornada reduzida ou previsão em legislação infraconstitucional.

3. Lidos em conjunto, outro intuito não se extrai do art. 7º, inciso IV, e do art. 39, § 3º, da Constituição Federal que não a garantia do mínimo existencial para os integrantes da administração pública direta e indireta, com a fixação do menor patamar remuneratório admissível nos quadros da administração pública.

4. Recurso extraordinário ao qual se dá provimento, com a formulação da seguinte tese para fins de repercussão geral: "**[é] defeso o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público, ainda que labore em jornada reduzida de trabalho**".

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual do Plenário de 1º/7 a 5/8/22, na conformidade da ata do julgamento e nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli, por maioria de votos, vencidos os Ministros Roberto Barroso, Nunes Marques e André Mendonça, apreciando o Tema nº 900 da Repercussão Geral, em dar provimento ao recurso extraordinário, devolvendo os autos ao Tribunal de origem para que proceda à continuidade do julgamento, a fim de que sejam decididas as demais questões postas no apelo, observando-se os parâmetros ora definidos .

Brasília, 8 de agosto de 2022.

Ministro Dias Toffoli

Relator

08/08/2022

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 964.659 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
RECTE.(S)	: GREICE ALVES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ADAO IVANOR DO PRADO
RECDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE SEBERI
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SEBERI
AM. CURIAE.	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO (IBDP)
ADV.(A/S)	: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO-DPU
ADV.(A/S)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AM. CURIAE.	: SINDSAÚDE - SINDICATO DOS SERVIDORES DA SAÚDE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S)	: RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão proferido pela Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

“APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE SEBERI. COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL. POSSIBILIDADE DE PERCEPÇÃO DE REMUNERAÇÃO INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO.

Não há que se falar em irregularidade do pagamento de vencimentos em montante inferior ao salário mínimo ao servidor que desempenha jornada semanal de 20 horas. Precedente.

APELAÇÃO DESPROVIDA.”

RE 964659 / RS

Não foram opostos embargos de declaração.

Os recorrentes alegam que o art. 7º, inciso IV, da Carta da República é incisivo ao estabelecer o acesso ao salário mínimo nacional como direito fundamental de todo trabalhador.

Por conseguinte, referida garantia consubstanciaria verdadeira imposição legiferante,

“ao passo que dirigida ao Poder Público, tem por finalidade vinculá-lo à efetividade de uma prestação positiva destinada a satisfazer as necessidades essenciais do trabalhador e de sua família e a preservar, mediante reajustes periódicos, o valor intrínseco dessa remuneração básica, conservando-lhe o poder aquisitivo”.

Argumentam que, ao fixar remuneração em proporção inferior ao salário mínimo vigente, a municipalidade incorre em ofensa aos dispositivos constitucionais atinentes aos direitos sociais dos trabalhadores, sobretudo o já mencionado art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal.

Aduzem, ainda, que a conduta do ente demandando fere também o princípio da legalidade, da forma como insculpido no art. 37 da Carta Magna, porquanto a Lei Orgânica do Município de Seberi assegura aos servidores municipais o direito a remuneração nunca inferior ao salário mínimo.

A parte contrária, intimada, não apresentou contrarrazões.

Admitido o extraordinário pela Corte de origem, subiram os autos a este Tribunal.

Por entender que a demanda veiculada apresenta densidade constitucional e atende aos requisitos da relevância e da transcendência, submeti a controvérsia ao crivo do Plenário Virtual. A proposta de reconhecimento de repercussão geral foi assim resumida:

“Direito Constitucional e Administrativo. Servidor público. Remuneração inferior a um salário mínimo.

RE 964659 / RS

Impossibilidade. Artigos 7º, inciso IV, e 39, § 3º, da Constituição Federal. Repercussão geral reconhecida. Reafirmação da jurisprudência.

1. O entendimento sufragado no acórdão recorrido de que a remuneração do servidor público deve ser proporcional a sua jornada de trabalho, podendo ser fixada em valor inferior ao salário mínimo, diverge do entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal.

2. A decisão objurgada ofende a norma do art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, aplicável aos servidores públicos por força do art. 39, § 3º, da Constituição, cuja exegese é no sentido da impossibilidade de fixação da remuneração do servidor público em valor inferior ao salário mínimo, independentemente da jornada de trabalho desempenhada.

3. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência de que **a remuneração do servidor público não pode ser inferior ao salário mínimo, independentemente da sua jornada de trabalho e das funções que venha a desempenhar.**

4. Recurso extraordinário provido.”

Por unanimidade, em 10/6/16, o Colegiado reputou constitucional a questão e reconheceu a repercussão geral dela. Todavia, por seis (6) votos, afastou-se a sugestão de reafirmação da jurisprudência do STF.

O assunto foi então inscrito como **Tema nº 900** da Gestão por Temas de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal, ficando o acórdão assim ementado:

“Direito Constitucional e Administrativo. Servidor público. Possibilidade de recebimento de remuneração inferior a um salário mínimo por servidor público que labora em jornada de trabalho reduzida. Repercussão geral reconhecida.”

Aberta vista à Procuradoria-Geral da República, o então Procurador-geral da República, **Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros**, opinou pelo provimento do extraordinário. **Vide:**

RE 964659 / RS

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. JORNADA REDUZIDA. SALÁRIO MÍNIMO ASSEGURADO. PROVIMENTO.

1 – Proposta de Tese de Repercussão Geral (Tema 900): Viola os arts. 39, § 3º, e 7º, IV, da Constituição Federal o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo a servidor público civil com jornada reduzida. Precedentes.

2 – Parecer pelo provimento do recurso extraordinário.”

Na sequência, requereram ingresso no feito, na condição de **amici curiae**, a União (Petição STF nº 9.762/17) e o **Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP)** (Petição STF nº 72.427/17). Ambos foram admitidos.

Por meio da Petição nº 3.360/19, o Município de Granja requereu o sobrestamento da Ação Civil Pública com pedido de liminar antecipatória nº 0008391-91.2016.8.06.0081, ajuizada em face do peticionante, por versar o mesmo objeto deste recurso extraordinário. O pleito foi **indeferido** em 2/8/19.

É o relatório.

08/08/2022**PLENÁRIO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 964.659 RIO GRANDE DO SUL****VOTO****O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

As recorrentes ajuizaram ação de cobrança, cumulada com pedido de antecipação de tutela, contra o Município de Seberi, alegando serem “empregadas domésticas mensalistas”, nomeadas após aprovação em concurso público e regidas pelo regime jurídico único. Submetidas a uma jornada de vinte (20) horas semanais, percebiam à época do ajuizamento da exordial (17/9/09) valores compreendidos entre R\$ 253,73 (duzentos e cinquenta e três reais e setenta e três centavos) e R\$ 284,56 (duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) ao mês, situação que subsiste desde seu ingresso nos respectivos cargos públicos, sendo certo que, quando da propositura da ação, o salário mínimo nacional era de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Pleitearam a condenação do recorrido ao pagamento (i) da remuneração equivalente ao salário mínimo vigente desde o trânsito em julgado da sentença até o término das suas funções no cargo para o qual foram nomeadas e (ii) dos valores relativos à diferença entre o valor recebido e o valor do salário mínimo nacional vigente no período compreendido entre a nomeação para os cargos e o ajuizamento desta ação.

A demanda foi julgada improcedente pelo juízo de primeira instância com os seguintes fundamentos: (i) inexistência de inconstitucionalidade ou ilegalidade no pagamento de meio salário mínimo a quem labora em meia jornada; (ii) ciência das requerentes quanto à carga horária e à remuneração quando prestaram o concurso público; (iii) eventual decisão contrária importaria em desigualdade no serviço público.

Interposto recurso de apelação, a maioria da Turma Julgadora a ele negou provimento, segundo o entendimento de que as servidoras cumpriam jornada reduzida, razão pela qual não se beneficiariam da

RE 964659 / RS

norma inscrita no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, sob pena de afronta, também, ao princípio da isonomia.

O apelo extremo deve ser provido.

O legislador de 1988, no intuito de edificar um Estado Constitucional também social, visando promover a dignidade da pessoa humana por meio da melhoria das condições de vida da população brasileira, garantiu, em seu art. 7º, inciso IV, o direito fundamental ao salário mínimo, a ser

“fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”.

Por sua vez, a Carta da República, em seu art. 39, § 3º, estendeu esse direito fundamental aos servidores públicos, e, ao fazê-lo, não deu nenhum indicativo de que esse poderia ser flexibilizado, pago a menor, mesmo em caso de jornada reduzida ou previsão em legislação infraconstitucional.

Note-se que o legislador constituinte imputou ao Poder Público o dever de garantir uma remuneração mínima suficiente para a satisfação das necessidades básicas do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, transporte e previdência social, de forma a viabilizar a fruição dos direitos sociais assegurados pelo texto constitucional, prevendo, inclusive, reajustes periódicos que preservassem seu poder aquisitivo.

Lidos em conjunto, outro intuito não se extrai do art. 7º, inciso IV, e do art. 39, § 3º, da Constituição Federal que não a garantia do mínimo existencial para os integrantes da administração pública direta e indireta, com a fixação do menor patamar remuneratório admissível nos quadros da administração pública.

A esse respeito, confira-se a linha de raciocínio de Manoel Jorge e

RE 964659 / RS

Silva Neto:

“De nossa parte, preferimos seguir a corrente que defende tal impossibilidade, pois, com efeito, ainda que tenha havido redução de jornada contratualmente prevista, o direito social ao salário mínimo tem o propósito de viabilizar a melhoria das condições de existência dos trabalhadores; se, num caso concreto, o empregador se dispõe a reduzir a jornada de trabalho do empregado, a circunstância não tem condão de legitimar redução salarial de sorte a atingir o valor mínimo fixado por lei, porque o que se pretende, mediante o comando do art. 7º, IV, é precisamente tornar possível a fruição dos direitos sociais ali prescritos, por meio da contraprestação, em dinheiro, do menor valor considerado pela lei.

E se, demais disso, reputa a norma constitucional que o salário mínimo será fixado em lei, e nacionalmente unificado, parece evidente que o propósito é determinar, de modo incondicionado, o menor valor a ser recebido por qualquer trabalhador no País, máxime porque não se remete à eventualidade de pagamento proporcional em razão de redução de jornada.

E mais: o pagamento proporcional de salário mínimo diante de redução de jornada importaria, seguramente, ofensa direta ao **caput** do art. 7º, em cujo seio repousa o insuprimível princípio de proteção ao hipossuficiente” (**Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 797 e 798).

Lícia Bonesi Jardim é mais uma a defender tal entendimento:

“De acordo com Ricardo Lobo Torres, o mínimo existencial integra ‘também o conceito de direitos fundamentais’, já que é um ‘direito a condições mínimas de existência humana digna que não pode ser objeto de intervenção do Estado na via dos tributos (= imunidade) e que ainda exige prestações estatais positivas. Neste sentido, escreve Kazuo Watanabe que ‘(...) O ‘mínimo existencial’ diz respeito ao

RE 964659 / RS

núcleo básico do princípio da dignidade humana assegurado por um extenso elenco de direitos fundamentais sociais, tais como direitos à educação fundamental, à saúde básica, à assistência social, ao acesso à justiça, à moradia, ao trabalho, ao salário mínimo, à proteção à maternidade e à infância (...)'.

Assim, o mínimo existencial pode ser considerado tudo aquilo que o constituinte estabeleceu como sendo o básico que a pessoa humana necessita para sobreviver com dignidade. Ou seja, é o conteúdo essencial dos direitos fundamentais, o núcleo duro de direitos capazes de garantir a vida com dignidade. Incluem-se neste núcleo de direitos mínimos os direitos sociais, dentre eles aqueles listados no art. 7º, IV, da CF/1988.

Analisando os art. 76 da CLT e o art. 7º, IV, da CF/1988, constata-se que houve uma ampliação do rol do mínimo existencial com a Constituição Federal de 1988: à alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte foram acrescidos educação, saúde, lazer e previdência social, constituindo-se, todos esses direitos, o núcleo duro dos direitos que devem ser prestados a todos, pois, só assim, se terá vida com dignidade. Ingo Wolfgang Sarlet menciona em seus estudos que **negar os direitos fundamentais, como é o caso do salário mínimo digno, capaz de atender todas as finalidades, é negar dignidade à pessoa humana.**

‘É interessante observar que o texto da nova Constituição parece querer inquestionavelmente incorporar, quanto ao salário mínimo, a característica da *suficiência* do salário, que é a qualidade de ser a parcela salarial hábil a atender a um conjunto de necessidades ou valores tidos como relevantes em certo momento histórico. Embora a jurisprudência trabalhista e a do STF ainda não tenham inferido tal conclusão do texto constitucional, tem-se percebido novas possibilidades interpretativas nessa direção. **Recorde-se que há Cortes Constitucionais de países avançados (Itália, por exemplo) que já entenderam fazer parte daquelas ordens jurídicas a característica da *suficiência* do salário, o que ensejaria até mesmo direito subjetivo de trabalhadores em situação salarial**

RE 964659 / RS

adversa a essa característica (...)” (Controle jurisdicional da política pública salarial: o Judiciário e o direito fundamental ao salário mínimo digno. **Revista de Direito do Trabalho**, v. 143, jul.-set./2011, p. 257/274 – grifos nossos).

Não fosse isso suficiente, esta Corte, por ocasião do julgamento da ADI nº 1.442/DF, reconheceu expressamente a íntima vinculação entre salário mínimo e mínimo existencial. Confira-se excerto do voto do **Ministro Celso de Mello**:

“Vê-se, portanto, que o legislador constituinte brasileiro delineou um nítido programa social destinado a ser desenvolvido pelo Estado, mediante atividade legislativa vinculada. Ao **dever de legislar** imposto ao Poder Público – e de legislar com **estrita** observância dos **parâmetros constitucionais** de índole jurídico-social e de caráter econômico-financeiro-, corresponde o **direito público subjetivo** do trabalhador a uma legislação que lhe assegure, **efetivamente**, as necessidades vitais básicas individuais e familiares e que lhe garanta a revisão periódica do valor salarial mínimo, em ordem a preservar o poder aquisitivo desse piso remuneratório, em caráter permanente.

É por essa razão que LUÍS ROBERTO BARROSO, ao versar o tema ora em análise, discutindo-o na perspectiva da efetividade dos direitos e garantias de ordem social, expende considerações que devem constituir objeto de necessária reflexão (**‘O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas’**, p. 151/152, 2ª ed., 1993, Renovar):

‘Esta não é definitivamente, uma norma programática. Não apenas porque o **caput** do dispositivo refere-se expressamente a um direito assegurado, como também porque o preceito descreve a utilidade a ser fruída – salário capaz de satisfazer as necessidades vitais básicas de um trabalhador e sua família – e especifica, embora de modo implícito, a conduta devida: pagar

RE 964659 / RS

salário que atenda aos requisitos enunciados.

Descumprindo o comando constitucional, um trabalhador, individualmente, ou o sindicato, representando a categoria, poderão requerer ao Judiciário a observância forçada da norma. A efetividade desse preceito é, tecnicamente, menos intrincada do que pode parecer à primeira vista. Confirme-se.

No regime constitucional anterior, o salário mínimo era fixado por decreto presidencial. Atualmente, tal competência transferiu-se para o Congresso Nacional. Se algum empregador pagar valor inferior ao estabelecido, qualquer trabalhador, em dissídio individual, obterá, através da Justiça do Trabalho, a diferença devida. Aqui não se apresenta nenhuma dificuldade.

Quis iuris, se o vício se contiver, não no ato em si do empregado, mas no do Congresso Nacional, por fixar um salário mínimo que desatenda os requisitos constitucionais? Em outras palavras: existe remédio jurídico a ser utilizado contra o ato legislativo que institua um salário mínimo incapaz de satisfazer as necessidades normais de um trabalhador e sua família?

A resposta é afirmativa. Tanto mais agora que o novo texto constitucional simplificou a tarefa jurisdicional ao estabelecer uma série de parâmetros objetivamente aferíveis. No regime da Carta de 1969, a cláusula ‘necessidades normais’, sem qualquer outro detalhamento, padecia de um conteúdo fluido, algo impreciso, ainda que não indeterminável. Presentemente, todavia, o próprio inciso IV enuncia os fatores a serem tomados em conta na fixação do salário mínimo: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. E muito embora seja impossível erradicar-se totalmente um certo grau de subjetividade, é plenamente possível a um juiz, por dados oficiais ou mediante prova técnica, estimar, v.g., o valor de aluguel de uma habitação modesta em bairro operário, o custo de

RE 964659 / RS

alimentação valorado por uma cesta básica, as despesas de transporte tendo em vista o preço da passagem, etc. Mesmo quando os valores pudessem oscilar significativamente, de acordo com o que cada um viesse a considerar como padrão mínimo de dignidade, o fato é que há um núcleo central em relação ao qual haverá um consenso em qualquer circunstância.

Seria puramente ideológica, e não científica, a negação da possibilidade de o Judiciário intervir em tal matéria. Porque em diversas outras situações em que a Constituição ou a lei utilizam conceitos vagos e imprecisos, é exatamente ao juiz que cabe integrar, com sua valoração subjetiva, o comando normativo. Assim, se passa, por exemplo, quando ele fixa o valor da ‘justa indenização’ na desapropriação (CF/88, art. 5º, XXIV); quando nega eficácia a ato, lei ou sentença estrangeira por ofensa à nossa ‘ordem pública’ (LICC, art. 17); ou quando fixa alimentos ‘na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada’ (C. Civil, art. 400).

Assentada a premissa, é bem de ver que se a União, por seu órgão legislativo, fixa o valor do salário mínimo em quantitativo insuficiente para o atendimento das necessidades vitais básicas de um trabalhador e de sua família, o ato que o institui vicia-se por inconstitucionalidade.’

Tudo isso significa, na perspectiva do preceito consubstanciado no art. 7º, IV, da Carta Política, que a **insuficiência** do valor correspondente ao salário mínimo, definido em importância que se revele incapaz de atender as necessidades vitais básicas do trabalhador e dos membros de sua família, **configurará um claro descumprimento**, ainda que parcial, **da Constituição da República**, pois o legislador, em tal hipótese, longe de atuar como o sujeito concretizante do postulado constitucional que **garante** à classe trabalhadora um

RE 964659 / RS

piso geral de remuneração, estará realizando, de modo imperfeito, o programa social assumido pelo Estado na ordem jurídica.

(...)

O Estado **não pode** dispensar tratamento inconsequente às diretrizes constitucionais que definem, a partir da identificação das necessidades sociais básicas do trabalhador e de sua família, os critérios que devem orientar o legislador na fixação do salário mínimo, sob pena de se admitir que a classe operária seja titular de direitos abstratos e destinatária de proclamações retóricas tão elegantes na forma quanto vazias de significação em sua própria essência.

Há, na realidade, **em tema de salário mínimo**, uma inderrogável **obrigação estatal** que vincula o Poder Público ao **dever** de fixar um piso remuneratório **capaz de satisfazer** as necessidades primárias de subsistência do trabalhador e dos membros de sua família.

O valor que emerge da norma ora impugnada **não realiza** os propósitos visados pelo legislador constituinte, eis que basta mera constatação objetiva – independentemente de qualquer discussão técnica sobre os índices aplicáveis – para concluir-se, sem qualquer dúvida, sobre a absoluta ineficiência do **quantum** fixado pelo Governo para o satisfatório atendimento das **necessidades vitais básicas** do trabalhador e de sua família” (julgado em 3/11/14).

Parece livre de dúvidas, portanto, a preocupação do legislador constituinte com a garantia de um padrão mínimo de vida, não só ao indivíduo, como também ao seu núcleo familiar.

No caso concreto, verifica-se que as recorrentes são servidoras públicas concursadas, situação que ainda lhes impõe todas as vedações constitucionais de acumulação remunerada de cargos públicos, empregos e funções previstas no art. 37, incisos XVI e XVII, bem como de realizar outras atividades privadas, como usualmente é previsto nos regimes jurídicos dessa categoria em todo o país, na medida em que a noção estatutária da função pública faculta ao legislador preceituar, em

RE 964659 / RS

benefício do interesse público, a proibição de seu exercício cumulativo com outra atividade pública ou privada.

Impende notar, então, que a compreensão do salário mínimo como mínimo existencial encontra-se, no presente contexto, profundamente imbricada com o regime jurídico dos servidores públicos e as limitações dele decorrentes.

Os servidores e empregados públicos que desempenham jornada reduzida, por sua vez, em virtude das já aventadas vedações, encontram-se tolhidos de optarem pelo exercício simultâneo de outros cargos ou funções públicas. E, assim, não se enquadrando nas exceções legais, terão como única e exclusiva fonte de renda aquele trabalho realizado junto ao ente público. Ao se admitir a remuneração inferior ao salário mínimo, proporcional à duração da jornada, tais trabalhadores ver-se-ão obrigados a proverem seu sustento unicamente com o montante de meio salário mínimo por mês, o que violaria a **ratio essendi** das normas supramencionadas, bem como lhes infligiria uma condição de precariedade incompatível com o sobreprincípio da dignidade da pessoa humana.

Ademais, cumpre observar, aqui, outro detalhe: **in casu**, a vedação de se buscar outra fonte de renda decorre não da vontade do servidor ou do empregado público, mas sim de interdição imposta pelo legislador, o que, na hipótese, torna a garantia do salário mínimo também uma questão de justiça.

Sobressai, ainda, a violação do princípio do valor social do trabalho, o qual consubstancia fundamento da República Federativa do Brasil insculpido no art. 1º, inciso IV, da Lei Fundamental.

Com efeito, as múltiplas dimensões dos direitos fundamentais encontram-se interligadas, vale dizer: os direitos civis e políticos não serão plenamente exercidos quando não se puder fruir adequadamente dos direitos sociais, os quais decorrem da própria essência do ser humano não apenas enquanto sujeito de direitos, mas, principalmente, enquanto cidadão apto a contribuir ativamente para a formação da vontade estatal e a realização dos objetivos antevistos no texto constitucional.

RE 964659 / RS

Assim, ninguém pode ser privado do mínimo necessário a uma vida digna e, para alcançar esse desiderato, a Carta da República reconheceu o direito de todo cidadão ao recebimento de um valor mínimo para o suprimento das necessidades básicas, independentemente da jornada de trabalho, impondo ao Estado, inclusive, o ônus de fixar o referido valor e cuidar para que o patamar remuneratório mínimo seja observado.

Se cabe ao Estado cuidar para que os particulares não infrinjam tal regra, com mais razão deverá ele observá-la. Optando por fixar a carga horária em tempo reduzido, quando poderia fixá-la em tempo integral, deve assumir o ônus de sua escolha e não pretender impor ao servidor ou ao empregado público o peso de viver com menos do que aquilo que o próprio Poder Público considera o mínimo necessário a uma vida digna.

Cumpra também registrar, consoante bem assinalou a Procuradoria-Geral da República, que o Brasil é signatário do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o qual prevê o direito das pessoas a condições de trabalho justas e favoráveis e à remuneração que proporcione a todos os trabalhadores ao menos (i) um salário equitativo e uma remuneração igual por um trabalho de igual valor, sem qualquer distinção e (ii) uma existência decente para eles e suas famílias, em conformidade com as disposições dessa convenção.

Outros tratados internacionais assinados por nosso país cuidaram também de proteger o valor social do trabalho e o direito ao recebimento de salários dignos. É o que se extrai, por exemplo, da Declaração Americana sobre Direitos e Deveres do Homem, a qual dispõe que toda pessoa tem direito ao trabalho em condições dignas (art. XIV) e, ainda, da Carta da Organização dos Estados Americanos, em cujo art. 45, alínea **b**, lê-se que o trabalho deve ser exercido em condições que assegurem a vida, a saúde e um nível econômico digno ao trabalhador e a sua família, tanto durante os anos de atividade, como na velhice ou quando qualquer circunstância o prive da possibilidade de trabalhar.

Não bastasse esse intuito de garantir o mínimo existencial, há ainda um outro fator a sustentar a tese da impossibilidade de se pagar aos trabalhadores remuneração inferior ao salário mínimo. Conforme

RE 964659 / RS

assevera Mauro Cezar Martins de Souza, inexistente vinculação, por parte do texto constitucional, entre a garantia de recebimento de retribuição pecuniária não inferior ao salário mínimo e a jornada desenvolvida pelo trabalhador. **In verbis:**

“A garantia de recebimento de retribuição pecuniária não inferior ao salário mínimo (Lei Fundamental, art. 7º, *caput* e incisos IV e VII) não está vinculada à jornada desenvolvida pela trabalhadora (CF, art. 7º, incisos XIII e XIV), tanto é assim que ‘nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo’.

(...)

Se houvesse intenção do constituinte de vincular o salário mínimo à jornada o mesmo teria sido explícito neste sentido, ligando um ao outro, o que não aconteceu. Trata-se de garantias distintas, abordadas em incisos diferentes.

(...)

Não há permissivo constitucional para que o salário mínimo seja calculado e pago de forma proporcional à jornada desenvolvida pelo trabalhador. O salário mínimo independe da jornada laborada. O salário não pode ser inferior ao mínimo, e isto não tem nenhuma ligação com a jornada, pois o constituinte não quis que tivesse” (SOUZA, Mauro Cesar Martins de. “Salário mínimo – desvinculação da jornada”. *Jornal Trabalhista Consulex*, Ano XVII, nº 819, 3.7.00 - grifos nossos).

A propósito, conforme já havia assentado em voto que proferi no AI nº 815.869/PR-AgR, julgado por unanimidade pela Primeira Turma (em 4/11/14), o direito dos servidores públicos à remuneração não inferior ao salário mínimo não comporta exceções, nem mesmo em casos de jornada

RE 964659 / RS

reduzida. A previsão constitucional da possibilidade de redução da jornada de trabalho, como demonstrado, não afasta nem tempera a aplicabilidade da garantia insculpida no art. 7º, inciso IV, c/c o art. 39, § 3º, da Carta da República.

Nesse sentido, releva pontuar que a Suprema Corte é pródiga em julgados que assentam a inviabilidade de se remunerar o servidor público em quantia inferior a um salário mínimo.

Por ocasião do julgamento do RE nº 340.599/CE (Primeira Turma, Rel. Min. **Sepúlveda Pertence**, DJ de 28/10/03) – ainda que ali não se debatesse propriamente sobre a remuneração na ativa, mas sim sobre a aposentadoria com proventos proporcionais –, a Corte deixou claro que contraria a vontade constitucional o pagamento ao servidor público de quantia inferior ao mínimo fixado por lei. Confira-se a **ratio decidendi** daquele acórdão, aplicável também ao caso destes autos:

“O acórdão recorrido decidiu em consonância com a orientação da Corte no sentido de que, a partir da Constituição de 1988 (art. 7º, IV c/c 39, § 2º – atual § 3º), nenhum servidor – ativo ou inativo – poderá perceber remuneração (vencimentos ou proventos) inferior ao salário mínimo, mesmo quando se tratar de aposentadoria com proventos proporcionais (v.g., RE 215.527- AgR, 2ª T, 9.4.2002, **Nelson Jobim**, DJ 27.9.2002; RE 293.353 – AgR, 2ª T, 28.8.2001, **Carlos Velloso**, DJ. 21.9.2001).

No primeiro dele – RE 215527 – o acórdão se alicerça em parecer da Procuradoria-Geral da República, que também acolho e no qual se lê:

‘Nenhum servidor público, ativo ou inativo, poderá perceber remuneração inferior ao salário mínimo, pois esse tem por escopo garantir a satisfação das necessidades vitais básicas do cidadão e de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, ex vi do inciso IV do art. 7º, da Constituição Federal.

Mesmo os proventos proporcionais da aposentadoria

RE 964659 / RS

não podem ser inferiores ao salário mínimo, pois o constituinte em nenhum momento excepcionou a ‘garantia de salário nunca inferior ao mínimo’, com relação aqueles que, como a recorrente, aposentaram-se proporcionalmente, porque assim lhe assegura a própria Lei Maior.

A garantia do salário mínimo ao trabalhador procura evitar o aviltamento de sua condição socio-econômica.

Portanto, ainda que a recorrente tenha sido aposentada com proventos proporcionais ao tempo de serviço, não pode perceber a remuneração inferior ao salário mínimo.”

Posteriormente, na apreciação da Repercussão Geral na Questão de Ordem no RE nº 582.019/SP, Rel. Min. **Ricardo Lewandowski** (DJ de 13/2/09), o Tribunal Pleno, analisando apelo extremo interposto contra acórdão no qual se entendeu que o salário-base do servidor público não poderia ser inferior ao mínimo constitucional, **reconheceu o direito desse último a nunca receber menos de um salário mínimo**. Tal direito, contudo, diz respeito ao total da remuneração, e não apenas ao salário-base. Confira-se:

“O Plenário, no julgamento dos RE 199.098/SC e 265.129/RS, Relator o Ministro Ilmar Galvão, decidiu que o art. 7º, IV, da Constituição refere-se ao total da remuneração percebida pelo servidor e não apenas ao vencimento-base. Os referidos julgados portam as seguintes ementas:

‘SERVIDOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA. ACÓRDÃO QUE LHE RECONHECEU O DIREITO DE TER VENCIMENTOS CALCULADOS COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO. ARTIGO 27, I, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

O dispositivo da Constituição do Estado de Santa Catarina que garante aos servidores civis piso de vencimentos nunca inferior ao salário mínimo deve ser

RE 964659 / RS

interpretado como referido à remuneração do servidor.

Recurso extraordinário conhecido e parcialmente provido' (RE 199.098/SC, DJ de 18/5/2001).

'CONSTITUCIONAL. SERVIDOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. VENCIMENTO BÁSICO NUNCA INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ART. 29, I. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 7º, INC. IV, E 39, § 2º, NA REDAÇÃO ANTERIOR À EC 19/98.

A decisão recorrida, ao reconhecer a servidor civil estadual direito a vencimento básico nunca inferior ao salário mínimo, com base no art. 29, inciso I, da Constituição do Estado, contrariou orientação desta Corte de que a garantia do salário mínimo, com base no art. 29, inciso I, da Constituição do Estado, contrariou orientação desta Corte de que a garantia do salário mínimo, prevista no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, sendo de aplicação obrigatória aos servidores civis, por força do art. 39, § 2º (redação original), da mesma carta, deve ser entendida, neste caso, como alusiva ao total dos vencimentos, incorrendo em inconstitucionalidade material o dispositivo da Constituição estadual que vincula tal garantia ao vencimento básico.

Precedentes: RREE 197.072 e 199.098, do Estado de Santa Catarina.

Recurso conhecido e provido para o fim de declarar, 'incidenter tantum', inconstitucional o inciso I, do art. 29, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, e, em consequência, reformar o acórdão que o teve por fundamento' (RE 265.129/RS, DJ de 14/11/2002).

Ambas as Turmas da Corte, seguindo a orientação firmada pelo Plenário, corroboram o entendimento de que a remuneração total do servidor, e não o seu salário-base, é que não pode ser inferior ao salário mínimo. Nesse sentido,

RE 964659 / RS

menciono, entre outros, o AI 492.967-AgR/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Eros Grau, e o RE 455.137-ED/RN, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa.

Assim, verifico que a questão constitucional versada no recurso oferece repercussão geral, porquanto envolve os interesses da Administração Pública e dos servidores públicos em geral, já tendo a matéria de mérito, como vimos, sido pacificada nesta Corte e julgada em inúmeros outros recursos.

(...)

Quanto ao mérito, na linha da jurisprudência desta Corte, dou provimento ao recurso” (julgada em 13/11/08).

Destaco também a decisão proferida na Repercussão Geral na Questão de Ordem no RE nº 572.921-4/RN, Rel. Min. **Ricardo Lewandowski**, que reafirmou a jurisprudência segundo a qual gratificações e demais vantagens não incidem sobre o abono pago para atingir o salário mínimo, por ofender o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal (julgada em 13/11/08).

Importante salientar que esses dois precedentes possuem decisões que estão intimamente vinculadas ao que se está julgando nestes autos, mas que não são idênticas nem similares, na medida em que aqueles casos não trataram de repercussão geral de questão relativa à existência de vínculo do valor do salário mínimo no âmbito do regime jurídico do servidor público com a duração do trabalho como limite a ser observado pela administração pública. Apesar disso, importa destacar que, em todos eles, esta Corte assentou a impossibilidade de a remuneração do servidor público ser inferior ao salário mínimo.

A Ministra **Cármem Lúcia**, por sua vez, nos autos do RE nº 565.621/CE, proferiu decisão monocrática, em 22/1/15, em caso análogo ao destes autos, assim como nos autos do AI nº 742.870/CE (decisão monocrática publicada no DJe de 7/2/14), quando ressaltou que o Supremo Tribunal Federal “assentou não ser constitucionalmente válida a remuneração do servidor inferior ao salário mínimo, independentemente da duração da jornada de trabalho”.

RE 964659 / RS

De minha relatoria, trago à baila o Tema de Repercussão Geral nº 514, fixado no julgamento do ARE nº 660.010, cujo acórdão recebeu a seguinte ementa:

“Recurso extraordinário. Repercussão geral reconhecida. Servidor público. Odontologistas da rede pública. **Aumento da jornada de trabalho sem a correspondente retribuição remuneratória.** Desrespeito ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos. 1. O assunto corresponde ao Tema nº 514 da Gestão por Temas da Repercussão Geral do portal do Supremo Tribunal Federal na internet e está assim descrito: ‘aumento da carga horária de servidores públicos, por meio de norma estadual, sem a devida contraprestação remuneratória’. 2. Conforme a reiterada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não tem o servidor público direito adquirido a regime jurídico remuneratório, exceto se da alteração legal decorrer redução de seus rendimentos, que é a hipótese dos autos. 3. A violação da garantia da irredutibilidade de vencimentos pressupõe a redução direta dos estipêndios funcionais pela diminuição pura e simples do valor nominal do total da remuneração ou pelo decréscimo do valor do salário-hora, seja pela redução da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária, seja pelo aumento da jornada de trabalho sem a correspondente retribuição remuneratória. 4. Não há divergência, nos autos, quanto ao fato de que os odontologistas da rede pública vinham exercendo jornada de trabalho de 20 horas semanais, em respeito às regras que incidiam quando das suas respectivas investiduras, tendo sido compelidos, pelo Decreto estadual nº 4.345/2005 do Paraná, a cumprir jornada de 40 horas semanais sem acréscimo remuneratório e, ainda, sob pena de virem a sofrer as sanções previstas na Lei estadual nº 6.174/70. 5. No caso, houve inegável redução de vencimentos, tendo em vista a ausência de previsão de pagamento pelo aumento da carga horária de trabalho, o que se mostra inadmissível, em razão do disposto no art. 37, inciso XV, da Constituição Federal. 6.

RE 964659 / RS

Recurso extraordinário provido para se declarar a parcial inconstitucionalidade do § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 4.345, de 14 de fevereiro de 2005, do Estado do Paraná, sem redução do texto, e, diante da necessidade de que sejam apreciados os demais pleitos formulados na exordial, para se determinar que nova sentença seja prolatada após a produção de provas que foi requerida pelas partes. **7. Reafirmada a jurisprudência da Corte e fixadas as seguintes teses jurídicas: i) a ampliação de jornada de trabalho sem alteração da remuneração do servidor consiste em violação da regra constitucional da irredutibilidade de vencimentos; ii) no caso concreto, o § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 4.345, de 14 de fevereiro de 2005, do Estado do Paraná não se aplica aos servidores elencados em seu caput que, antes de sua edição, estavam legitimamente submetidos a carga horária semanal inferior a quarenta horas” (ARE nº 660.010, DJe de 19/2/15, de **minha** relatoria).**

A fim de confirmar a reiteração dessa tese nos julgados desta Suprema Corte, destaco as seguintes decisões: ARE nº 893.698/CE, Rel. Min. **Celso de Mello**, DJe de 18/6/15; ARE nº 891.944/CE, Rel. Min. **Gilmar Mendes**, DJe de 3/6/15; ARE nº 736.433/CE, Rel. Min. **Ricardo Lewandowski**, DJe de 14/5/13; ARE nº 887.646/CE Rel. Min. **Rosa Weber**, DJe de 20/5/15; ARE nº 891.945/CE, Rel. Min. **Cármem Lúcia**, DJe de 18/6/15; e ARE nº 663.068/RS, Rel. Min. **Luiz Fux**, DJe de 2/2/12.

Em julgamento mais recente, ADI nº 2.238/DF (DJe de 15/9/20), Rel. Min. **Alexandre de Moraes**, este Tribunal julgou inconstitucional qualquer interpretação de dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que permita a redução de vencimentos de servidores públicos para a adequação de despesas com pessoal. Trata-se do § 2º do art. 23 da LRF, cujo texto enuncia o seguinte: “[é] facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária”, o qual foi declarado incompatível com o postulado da irredutibilidade salarial previsto no art. 7º, inciso VI; no art. 37, inciso XV e no art. 39, § 3º, do texto constitucional, e com o

RE 964659 / RS

princípio da vedação dos retrocessos sociais, resguardando-se, ainda, os direitos fundamentais que integram a Ordem Social arquitetada no texto constitucional.

Não desconheço o argumento da violação da isonomia trazido pela Advocacia-Geral da União, segundo o qual a vedação ao pagamento de valor inferior ao salário mínimo ao servidor público que labora em jornada reduzida desemboca em evidente violação do princípio da igualdade, uma vez que os servidores que cumprem jornada integral restariam prejudicados. Não fosse o bastante, anotou aquele órgão, quando se trata dos trabalhadores celetistas, que o pagamento de remuneração proporcional à jornada reduzida, em valores finais inferiores ao salário mínimo, segue sendo plenamente admitida.

Em que pese a força e a respeitabilidade de tais ponderações, reitero aqui posicionamento já externado por ocasião de minha manifestação de repercussão geral: possíveis distorções entre a remuneração dos servidores que exerçam jornada normal e jornada reduzida devem ser ajustadas pelo legislador ordinário e pela administração pública, em observância aos ditames constitucionais sobre o tema.

Aliás, o esforço deve ser sempre voltado ao incremento dos direitos, e jamais a sua diminuição ou restrição. A melhoria conquistada por um grupo é que deve, na medida do possível, ser estendida aos demais – esse é o entendimento que melhor se alinha à vontade constitucional. A supressão de um direito em nome de uma suposta pretensão de homenagear-se a igualdade é algo absolutamente incompatível com o espírito que guia a Carta Maior.

Ressalto que o entendimento por mim exposto, dadas as peculiaridades do caso concreto, aplica-se **apenas e tão somente** às hipóteses nas quais, tal como ocorre nestes autos, esteja-se a falar de **servidor público civil estatutário que desempenhe jornada de trabalho reduzida**. Situações relativas a contratações temporárias ou originadas dos vínculos decorrentes das recentes reformas trabalhistas – temas que, penso, em algum momento esta Suprema Corte há de enfrentar – não se encontram abarcadas pelo presente voto, até mesmo em função de ser

RE 964659 / RS

distinta a natureza do peculiar vínculo com a administração pública.

Por todo o exposto, concluo que não há como se dar guarida à interpretação adotada pela Corte **a quo**, uma vez que, conforme demonstrado, o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo a servidor público que labore em jornada reduzida não só afronta o art. 7º, inciso IV, e o art. 39, § 3º, da Constituição da República, como também viola as garantias constitucionais protetivas da dignidade da pessoa humana e do mínimo existencial.

Não há que se olvidar, no entanto, no cumprimento deste acórdão, a necessidade de serem observados os enunciados das Súmulas Vinculantes nºs 15 e 16, que assim dispõem, respectivamente:

“O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.”

“Os artigos 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/98), da Constituição, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público.”

Portanto, **dou provimento ao recurso extraordinário, devolvendo os autos ao Tribunal de origem para que proceda à continuidade do julgamento, a fim de que sejam decididas as demais questões postas no apelo, observando-se os parâmetros decididos neste extraordinário.**

Proponho, por derradeiro, a fixação da seguinte tese de repercussão geral: **é defeso o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público, ainda que labore em jornada reduzida de trabalho.**

É como voto.

08/08/2022

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 964.659 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
RECTE.(S)	: GREICE ALVES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ADAO IVANOR DO PRADO
RECDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE SEBERI
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SEBERI
AM. CURIAE.	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO (IBDP)
ADV.(A/S)	: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO-DPU
ADV.(A/S)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AM. CURIAE.	: SINDSAÚDE - SINDICATO DOS SERVIDORES DA SAÚDE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S)	: RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO

VOTO

O Senhor Ministro Alexandre de Moraes: Trata-se de Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em que se discute o Tema 900 da repercussão geral:

“Possibilidade de recebimento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo por servidor público que trabalha em regime de carga horária reduzida.”

Na origem, GREICE ALVES e outras ajuizaram Ação Ordinária em face do Município de Seberi-RS, pleiteando sua condenação ao pagamento da diferença entre a remuneração percebida mensalmente pelas autoras e o valor do salário mínimo nacional vigente.

As autoras trabalham 20 horas semanais e percebem remuneração mensal proporcional ao salário mínimo. Alegam que os artigos 7º, IV e 39,

RE 964659 / RS

§ 3º, ambos da Constituição Federal e o artigo 97, I, da Lei Orgânica do Município de Seberi, garantem-lhes o salário mínimo integral, independentemente da jornada de trabalho semanal.

Eis trecho da petição inicial:

“As autoras são empregadas domésticas mensalistas, nomeadas através de concurso público pelo Município de Seberi, regidas pelo regime jurídico único, sob as seguintes matrículas: 101243, 101325, e 101293, respectivamente.

As autoras pertencem à classe "B" e laboram 20 horas semanais, auferindo mensalmente a quantia aproximada de R\$ 265,13 (duzentos e sessenta e cinco reais e treze centavos), R\$ 253,73 (duzentos e cinquenta e três reais e setenta e três centavos), e R\$ 284,56 (duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), respectivamente, conforme consta dos contracheques juntados à exordial.

Ressalte-se que nos vencimentos não estão incluídas apenas as horas normais, mas também outros valores, como o adicional de insalubridade de 20%. Ressalte-se que desde a época em que as requerentes ingressaram em suas funções nunca auferiram valor equivalente ao salário mínimo. Sendo assim, fazem jus ao pagamento dos valores equivalentes a diferença entre o valor recebido e o salário mínimo vigente na época dos fatos, eis que o pagamento de valor inferior é vedado constitucionalmente, conforme fundamentação que segue.”

O pedido foi julgado liminarmente improcedente o pedido. Eis trechos da sentença:

[...] as autoras são servidoras públicas municipais, trabalhando apenas 20hs por semana, tendo direito à remuneração proporcional.

A mínima remuneração é de meio-salário mínimo, demonstrando os documentos que as autoras recebe mensalmente remuneração acima de meio salário-mínimo

RE 964659 / RS

nacional, que hoje corresponde a R\$ 232,50.

Embora pouco, recebem as autoras valor pouco superior a meio salário-mínimo e, em se tratando de meia jornada (20hs), não há qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade, mesmo porque ao prestarem o concurso sabia da carga horária e remuneração.

Registro que decidir de modo contrária importaria em desigualdade no serviço público, mesmo para cargos iguais, pois estariam recebendo o mesmo que outra empregada doméstica que labore 40 horas, mesmo trabalhando apenas metade do tempo.

Diante do exposto, JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE o pedido contido na AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA proposta por GREICE ALVES, CLARICE DE OLIVEIRA SANTOS, MARINES KEMITC e EDIRUDIA WODZIK contra o MUNICÍPIO DE SEBERI.

Em razão da sucumbência, arcará a autora com o pagamento das despesas processuais, sem a fixação de honorários advocatícios em razão de que não houve contestação. A exigibilidade das despesas processuais da autora fica suspensa, pois lhe foi concedido o benefício da gratuidade de justiça. “

As autoras interpuseram recurso de Apelação, sobrevivendo decisão do Tribunal *a quo* confirmando a sentença, nos termos da seguinte ementa (Vol. 2, fl. 77):

“APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE SEBERI. COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL. POSSIBILIDADE DE PERCEPÇÃO DE REMUNERAÇÃO INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO.

Não há que se falar em irregularidade do pagamento de vencimentos em montante inferior ao salário mínimo ao servidor que desempenha jornada semanal de 20 horas. Precedente. APELAÇÃO DESPROVIDA”.

RE 964659 / RS

No Recurso Extraordinário, interposto com amparo no artigo 102, III, “a”, da Constituição Federal, alegam as recorrentes violação ao artigo 7º, IV, da Carta da República, aos fundamentos de que:

(a) “o dispositivo legal é incisivo ao afirmar que constitui direito fundamental de todo trabalhador, o acesso ao menos, ao salário mínimo nacional” (Vol. 2, fl. 100); e

(b) “a conduta do ente público demandado fere, igualmente, o princípio da legalidade, previsto no artigo 37 da Magna Carta, haja vista que, a par da disposto na constituição federal, é de se frisar que a própria Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 97 assegura como direito do servidor municipal a remuneração nunca inferior ao salário mínimo” (Vol. 2, fl. 101).

Intimado, o ente recorrido não apresentou contrarrazões (Vol. 2, fl. 105).

Em 10/06/2016, o Plenário Virtual desta CORTE reconheceu a repercussão geral da matéria, conforme a seguinte ementa:

“EMENTA Direito Constitucional e Administrativo. Servidor público. Possibilidade de recebimento de remuneração inferior a um salário mínimo por servidor público que labora em jornada de trabalho reduzida. Repercussão geral reconhecida”.

A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pelo provimento do recurso, conforme ementa abaixo:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. JORNADA REDUZIDA. SALÁRIO MÍNIMO ASSEGURADO. PROVIMENTO.

1 – Proposta de Tese de Repercussão Geral (Tema 900): Viola os arts. 39, § 3º, e 7º, IV, da Constituição Federal o

RE 964659 / RS

pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo a servidor público civil com jornada reduzida. Precedentes.

2 – Parecer pelo provimento do recurso extraordinário”.

Ingressaram no processo, na qualidade de *amici curiae*, a UNIÃO; o INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO – IBDP; o SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE NO ESTADO ESPÍRITO SANTO – SINDSAÚDE-ES; e a DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO.

É o que havia a relatar.

Preenchidos os pressupostos legais e constitucionais de admissibilidade do Recurso Extraordinário, passo à análise do mérito.

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por servidoras públicas em face do Município de Seberi/RS, pleiteando a condenação do ente público ao pagamento de um salário mínimo integral mensal a título de remuneração, a despeito de as autoras trabalharem em carga horária reduzida (20 horas semanais).

Sustentam que o pagamento de remuneração proporcional às horas efetivamente trabalhadas viola o disposto nos artigos 7º, IV c/c 39, § 3º, da Constituição Federal, bem como o artigo 97, I, da Lei Orgânica do Município de Seberi, que garantem ao servidor público remuneração não inferior ao salário mínimo.

Assiste razão às recorrentes.

A Constituição Federal previu, no artigo 7º, inciso IV, que:

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

RE 964659 / RS

[...]

IV - **salário mínimo**, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

O artigo 39, § 3º, da CF/1988, por sua vez, estendeu o direito a todos os servidores públicos civis, conforme se depreende do texto abaixo:

Art. 39, § 3º - **Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público** o disposto no **art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX**, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

Por sua vez, a Lei Orgânica do Município de Seberi, previu em seu artigo 97 que:

“Art. 97. **São direitos dos servidores municipais**, além de outros previstos na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e nas Leis:

I - vencimento básico ou salário básico, **nunca inferior ao salário mínimo** fixado pela União para os trabalhadores urbanos e rurais”.

O Tribunal de origem, por maioria, negou provimento ao apelo das autoras ao fundamento de que (Vol. 2, fl. 87):

“[...] no caso concreto, as servidoras cumprem jornada reduzida, de 22 horas semanais, não sendo beneficiadas pela normal inscrita no artigo 7º, inciso IV, da Constituição Federal, que alcança tão somente os agentes públicos com jornada

RE 964659 / RS

integral (44 horas semanais)''.

Com a devida vênia, entendo que não prospera o argumento mencionado.

O direito das servidoras públicas à remuneração mensal não inferior ao salário mínimo é garantia que decorre dos artigos 1, III; 7º, IV; e 39, § 3º, da Constituição Federal, como corolários do princípio da dignidade da pessoa humana, sendo insuscetível de restrição.

O Administrador Público, ao permitir o labor do servidor público em jornada reduzida, deve arcar com os custos de sua opção, sem, todavia, reduzir direitos que lhes foram constitucionalmente consagrados.

Logo, a possibilidade de instituição de jornada de trabalho semanal em carga horária menor que 40h ou 44h semanais é perfeitamente possível; porém, na hipótese, deve-se respeitar o pagamento mensal de, pelo menos, um salário mínimo, conforme os dispositivos constitucionais supramencionados.

Corroboro, portanto, com o voto (vencido) do eminente relator do acórdão recorrido. A propósito, por sua exatidão, cito um trecho (Vol. 2, fl. 79):

“A Constituição da República, no art. 7º, inc. IV, enunciou ser o salário mínimo direito dos trabalhadores urbanos e rurais, "capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, e previdência social".

O parágrafo 3º do art. 39 da Constituição, por sua vez, estendeu o mesmo direito aos servidores ocupantes de cargo público efetivo.

Embora podendo fazê-lo, a Constituição, tanto no parágrafo 3º do art. 39 como no inc. IV do art. 7º, não atrelou o

RE 964659 / RS

direito ao salário mínimo à carga horária do servidor ou trabalhador; não utilizou, em nenhum momento, expressão que permitisse sua concretização de forma proporcional.

O próprio inciso IV do art. 7º (quando veda sua "vinculação para qualquer fim") rejeita a possibilidade de atrelar-se o salário mínimo à carga horária, de vinculá-lo ao tempo de serviço ou de aplicar-se-lhe qualquer critério de proporcionalidade.

Se assim não fosse, estaria a Constituição a cancelar o recebimento de "salário" capaz de atender apenas à metade das necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família; estaria a admitir a disponibilidade de bens certamente indisponíveis; e estaria, ainda, a inobservar princípio derivado de seu texto: o princípio da dignidade da pessoa humana.

A impossibilidade de, mesmo com carga horária reduzida, receber o servidor ou o trabalhador salário abaixo do mínimo legal decorre também - como salientado pelo Ministro Carlos Britto em julgado cuja ementa abaixo se transcreve - de um juízo lógico, pois "teríamos que trabalhar com a categoria jurídica nova, absurda, a do sub-mínimo; quer dizer, o mínimo já é o piso abaixo do qual não se admite absolutamente nada"

Logo, não há na Constituição Federal norma que vincule o salário mínimo à proporção das horas semanais trabalhadas.

Esta SUPREMA CORTE já teve a oportunidade de se manifestar no sentido de que **não é** permitido o pagamento de remuneração inferior ao salário mínimo, a servidor que trabalhe em jornada reduzida. Veja-se:

“EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Servidor público. Jornada reduzida. Remuneração inferior a um salário mínimo. Impossibilidade. Precedentes. 1. A Suprema Corte vem se pronunciando no sentido de que a remuneração do servidor público não pode ser inferior a um salário-mínimo. Esse entendimento se aplica ao servidor que trabalha em regime de jornada reduzida. 2. Agravo regimental não provido”

RE 964659 / RS

(AI 815869 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe. 24/11/2014).

No mesmo sentido, cito os seguintes precedentes: RE 602922 AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe. 18/04/2016; ARE 893698, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe. 18/6/2015; ARE 891944, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe. 03/06/2015; ARE 891945, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe. 18/06/2015.

Esse entendimento, inclusive, também foi consagrado na seara trabalhista, conforme Orientação Jurisprudencial nº 358, item II, do Tribunal Superior do Trabalho:

“II – Na Administração Pública direta, autárquica e fundacional não é válida remuneração de empregado público inferior ao salário mínimo, ainda que cumpra jornada de trabalho reduzida. Precedentes do Supremo Tribunal Federal”.

Por fim, na mesma linha, cito, a título de exemplo, o julgamento do RE 570177, de relatoria do Eminentíssimo Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe. 27/6/2008, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 18, § 2º, da Medida Provisória 2.215-10/01, que previa o pagamento de soldo inferior a um salário mínimo à praça que presta serviço militar obrigatório. Na ocasião, a Defensoria Pública da União interpôs Recurso Extraordinário em face acórdão proferido por Turma Recursal da Seção Judiciária Federal de Minas Gerais, sustentando violação aos artigos 1º, III e IV; 5º, *caput*; 7º, IV e VII, todos da CF/1988. Na ocasião, justificou a DPU, em síntese, que:

“De fato, os princípios e regras constitucionais declinados vedam que os convocados para prestarem o serviço militar obrigatório sejam remunerados com quantia inferior ao salário mínimo.

A interpretação conferida aos dispositivos constitucionais elencados pela douta Turma Julgadora afronta o princípio da

RE 964659 / RS

isonomia, tão caro às sociedades que se dizem democráticas. Com efeito, não há como admitir a odiosa discriminação aos convocados para prestarem o serviço militar obrigatório. A todos os militadores e trabalhadores, urbanos e rurais, é proibido o estabelecimento de contraprestação pecuniária inferior ao mínimo. Entretanto, os recrutas, tão só pelo fato de serem recrutas, podem ser remunerados com contraprestação pecuniária inferior ao mínimo”.

Todavia, esta SUPREMA CORTE, reconhecendo a repercussão geral da matéria (Tema 15) fixou tese no sentido de que:

“Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial”.

Não obstante o reconhecimento da constitucionalidade do pagamento de soldo inferior a um salário mínimo ao praça que presta serviço militar obrigatório, o Relator Min. RICARDO LEWANDOWSKI enfatizou que se tratava de questão peculiar, vez que aos praças não se aplicavam o mesmo regime jurídico aplicável aos servidores públicos civis ou aos trabalhadores urbanos e rurais. A propósito, por sua exatidão, cito trechos do voto condutor do acórdão paradigma (RE 570177):

“Ora, bem examinada a questão discutida nestes autos, entendo que não se verifica, na redação do dispositivo legal em foco, a alegada violação ao princípio da isonomia.

Com efeito, diferentemente do que ocorre com os trabalhadores urbanos e rurais e, também, **com os servidores públicos civis, aos quais os arts. 7º, IV, e 39, § 2º (atual § 3º, na redação da EC 19/98) da Carta Magna asseguram remuneração nunca inferior ao salário mínimo**, não contam os militares com a mesma garantia constitucional. De fato, como se viu acima, nem os constituintes originários a estabeleceram, nem os derivados se animaram a fazê-lo ao editarem a EC 18/98.

RE 964659 / RS

Esse foi o entendimento anteriormente adotado por essa Suprema Corte - embora ainda calcado no texto constitucional primitivo -, por ocasião do julgamento do RE 198.982/RS, Rel. o Min. Ilmar Galvão, de cujo voto transcrevo o seguinte trecho:

"De considerar-se, em primeiro lugar, que a Constituição Federal, ao enumerar, no art. 42, §11, os incisos correspondentes aos direitos sociais do art. 7º aplicáveis aos servidores públicos militares, diferentemente do que fez relativamente aos servidores civis, no art. 39, § 2º, não incluiu o IV, que cuida do 'salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas...'

Vale dizer que os servidores militares não foram contemplados, na Carta de 1988, com a garantia de uma remuneração não inferior ao salário mínimo.

Não é exata, portanto, a assertiva contida no acórdão recorrido de que a Constituição Federal 'fixou o limite mínimo de remuneração de qualquer trabalhador', sendo que não o fez relativamente aos servidores 'militares' (grifos meus).

[...]

Vale lembrar, nesse passo, a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, segundo a qual os cidadãos recrutados para o serviço militar obrigatório exercem um verdadeiro *múnus público*, sujeitando-se, portanto, a um regime funcional peculiar.

Aliás, como se sabe, os militares, em geral, submetem-se a regime próprio, que não se confunde com o dos servidores públicos civis, motivo pelo qual não se mostra possível aplicar-se àqueles as normas a que estes estão jungidos.

[...]

Caso a garantia constitucional aqui reivindicada fosse extensível a todos aqueles que prestam serviço ao Estado, inclusive aos militares, não haveria razão lógica para que o constituinte dispusesse, expressamente, no art. 39, § 3º, que o direito previsto art. 7º, IV, da Carta Magna aplica-se aos servidores públicos.

[...]

RE 964659 / RS

Assim, ainda que o soldo pago às praças que prestam serviço militar inicial obrigatório possa ser fixado em valor inferior ao salário mínimo, tal não viola qualquer princípio ou regra constitucional.

Não se olvide, ademais, que o regime a que se submetem os militares apresenta peculiaridades próprias, diferindo sobremaneira, como já assinalado, daquele estabelecido para os servidores públicos civis e os trabalhadores urbanos e rurais, segundo decorre do disposto nos arts. 142 e 143 da Constituição Federal”.

Por todo o exposto, acompanho o Eminentíssimo Relator e dou provimento ao Recurso Extraordinário.

08/08/2022

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 964.659 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
RECTE.(S)	: GREICE ALVES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ADAO IVANOR DO PRADO
RECDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE SEBERI
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SEBERI
AM. CURIAE.	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO (IBDP)
ADV.(A/S)	: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO-DPU
ADV.(A/S)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AM. CURIAE.	: SINDSAÚDE - SINDICATO DOS SERVIDORES DA SAÚDE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S)	: RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO

VOTO:

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO:

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. POSSIBILIDADE DE RECEBIMENTO DE REMUNERAÇÃO INFERIOR A UM SALÁRIO MÍNIMO POR SERVIDOR SUBMETIDO A JORNADA REDUZIDA DE TRABALHO.

1. Recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida que discute a possibilidade de recebimento de remuneração inferior a um salário mínimo por servidor público que labora em jornada de trabalho reduzida.

2. O direito constitucional ao salário

RE 964659 / RS

mínimo, previsto no art. 7º, IV, da CF e assegurado aos servidores públicos civis pelo art. 39, § 3º, da CF, tem caráter contraprestativo e, portanto, está relacionado ao tempo de trabalho.

3. Quando o servidor, por força do que estabelecido no momento de sua admissão pelo Poder Público, cumpre jornada inferior a 8 horas diárias e 44 horas semanais (art. 7º, XIII, da CF), a remuneração será proporcional ao tempo trabalhado. Tal conclusão decorre de um imperativo básico de isonomia com relação (i) aos servidores públicos com padrão remuneratório semelhante que cumprem a jornada integral e (ii) aos trabalhadores da iniciativa privada.

4. É vedado o pagamento de remuneração inferior ao salário mínimo quando o estatuto profissional do servidor público impõe restrição significativa à liberdade de trabalho, de modo a impedir o exercício de outras atividades capazes de complementar sua renda. Nesses casos, deve ser assegurado o recebimento do salário mínimo, ainda que se estabeleça jornada reduzida de trabalho.

5. Recurso extraordinário desprovido. Fixação da seguinte tese de julgamento: *“É constitucional o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público submetido a jornada reduzida de trabalho, salvo quando o estatuto da categoria*

RE 964659 / RS

imponha restrição significativa à liberdade profissional, impedindo o exercício de outras atividades capazes de complementar sua renda”.

1. Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão proferido pela Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que afirmou a possibilidade do pagamento de vencimentos em montante inferior ao salário mínimo a servidor que desempenha jornada semanal de 20 horas.

2. Os recorrentes alegam afronta ao art. 7º, IV, da CF, que estabelece o salário mínimo como direito fundamental do trabalhador. Ademais, sustentam que o acórdão recorrido viola o princípio da legalidade (art. 37, *caput*, da CF), porquanto a Lei Orgânica do Município de Seberi/RS assegura aos servidores municipais o direito a remuneração nunca inferior ao salário mínimo.

3. Em 10.06.2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) reputou constitucional e reconheceu a repercussão geral da questão. Todavia, por maioria de votos, o Tribunal não reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria. O acórdão foi ementado nos seguintes termos:

Direito Constitucional e Administrativo. Servidor público. Possibilidade de recebimento de remuneração inferior a um salário mínimo por servidor público que labora em jornada de trabalho reduzida. Repercussão geral reconhecida.

4. O Min. Dias Toffoli, relator, dá provimento ao recurso extraordinário, devolvendo os autos ao Tribunal de origem para continuidade de julgamento, a fim de que sejam decididas as demais questões postas. Propõe a fixação da seguinte tese de repercussão geral: *“é defeso o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público, ainda que labore em jornada reduzida de trabalho”.*

RE 964659 / RS

5. Peço vênua ao eminente relator para divergir.

6. De início, anoto que a questão controvertida no presente caso não se confunde com aquela decidida por esta Corte na ADI 2.238, Rel. Min. Alexandre de Moraes. Naquela oportunidade, o STF afirmou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que prevê: *“É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária”*. A norma foi considerada incompatível com os princípios da irredutibilidade salarial, previsto nos arts. 7º, VI, 37, XV e 39, § 3º, da CF, e da vedação ao retrocesso social.

7. A hipótese em julgamento diz respeito à possibilidade de pagamento de remuneração inferior a um salário mínimo a servidor público civil que cumpre jornada de trabalho reduzida, assim estabelecida no momento da sua admissão pelo ente público. Não se coloca aqui, portanto, a questão de irredutibilidade salarial, tendo em vista que não se cogita de redução do valor nominal pago ao servidor. Na hipótese discutida neste recurso, a contratação do servidor, desde o início, previa o desempenho de jornada inferior àquela estabelecida no inciso XIII do art. 7º da CF[1], do que pode decorrer o pagamento de remuneração inferior ao valor estipulado para o salário mínimo.

8. O art. 7º, IV, da CF assegura aos trabalhadores urbanos e rurais o recebimento de *“salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”*. Trata-se de direito assegurado também aos servidores públicos civis, na forma do art. 39, § 3º, da CF[2].

9. De fato, esta Corte ainda não examinou especificamente a

RE 964659 / RS

aplicação da garantia do salário mínimo aos servidores que trabalham em jornada reduzida. Os julgados deste Tribunal que afirmaram a impossibilidade de a remuneração do servidor público ser inferior ao salário mínimo analisaram hipóteses distintas, consoante se verifica da leitura das respectivas ementas:

1. Servidor público aposentado por invalidez, com proventos proporcionais: direito a que estes não sejam inferiores ao mínimo legal: acórdão recorrido que decidiu em consonância com a orientação da Corte, no sentido de que, a partir da Constituição de 1988 (art. 7º, IV, c/c 39, § 2º - atual § 3º), nenhum servidor - ativo ou inativo - poderá perceber remuneração (vencimentos ou proventos) inferior ao salário mínimo, mesmo quando se tratar de aposentadoria com proventos proporcionais : precedentes. 2. Recurso extraordinário: descabimento: falta de prequestionamento: dispositivos constitucionais suscitados no RE (CF, arts. 5º, XXXVI e 37, caput) não cogitados pelo acórdão recorrido, ao qual não se opuseram embargos de declaração: Súmulas 282 e 356.

(RE 340.599, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma)

CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. SALÁRIO-BASE INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. ARTS. 7º, IV, E 39, § 3º (redação dada pela EC 19/98), DA CONSTITUIÇÃO. I - Questão de ordem. Matéria de mérito pacificada no STF. Repercussão geral reconhecida. Confirmação da jurisprudência. Denegação da distribuição dos recursos que versem sobre o mesmo tema. Devolução desses RE à origem para adoção dos procedimentos previstos no art. 543-B, § 3º, do CPC. Precedentes: RE 579.431-QO/RS, RE 582.650-QO/BA, RE 580.108-QO/SP, Rel. Min. Ellen Gracie; RE 591.068-QO/PR, Rel. Min. Gilmar Mendes; RE 585.235-QO/MG, Rel. Min. Cezar Peluso. II - Julgamento de mérito conforme precedentes. III - Recurso provido.

RE 964659 / RS

(RE 582.019 QO-RG, Rel. Min. Ricardo Lewandowski,
Tribunal Pleno)

10. A transposição acrítica de tais precedentes para os servidores públicos que cumprem jornada reduzida gera distorções (i) em relação aos demais servidores públicos com padrão remuneratório semelhante – que, se cumprirem a jornada integral, serão remunerados com a mesma quantia e (ii) quanto aos trabalhadores da iniciativa privada, com relação aos quais, como se verá adiante, não há qualquer controvérsia quanto ao fato de que o salário mínimo deve ser assegurado de forma proporcional ao número de horas trabalhadas.

11. O salário é o conjunto de parcelas pagas pelo empregador ao empregado em função da prestação de serviços. Está relacionado, portanto, à variável *tempo de trabalho*. Estando o trabalhador submetido à jornada de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, prevista no inciso XIII do art. 7º da CF, deverá ser assegurado a ele o direito ao recebimento do salário mínimo em valor integral. Entretanto, quando cumprir jornada inferior àquela autorizada pela Constituição, a remuneração será proporcional ao tempo trabalhado. Trata-se de imperativo básico de isonomia.

12. Não há dúvidas de que, em relação aos trabalhadores privados, o art. 7º, IV, da CF garante tão somente o pagamento do salário mínimo hora. Portanto, aqueles trabalhadores que não cumprem a jornada integral prevista no inciso XIII do art. 7º da CF receberão o salário mínimo proporcional à jornada desempenhada. É o caso, por exemplo, daqueles empregados submetidos ao trabalho em regime de tempo parcial[3], bem como daqueles que celebram contrato de trabalho intermitente[4].

13. Nesse sentido, inclusive, é a Orientação Jurisprudência nº 358 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do TST: *“Havendo contratação para cumprimento de jornada reduzida, inferior à*

RE 964659 / RS

previsão constitucional de oito horas diárias ou quarenta e quatro semanais, é lícito o pagamento do piso salarial ou do salário mínimo proporcional ao tempo trabalhado”.

14. Cabe fazer uma última ponderação. Não desconheço que a qualidade de servidor público impõe algumas restrições à liberdade profissional. *Em primeiro lugar*, em razão da vedação à acumulação de cargos públicos prevista no art. 37, XVI, da Constituição. *Em segundo lugar*, porque alguns estatutos vedam o exercício de atividades na iniciativa privada. A título exemplificativo, o art. 117 da Lei nº 8.112/1990 proíbe o servidor público civil da Administração Pública federal de “participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário” (inciso X) e “exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho” (inciso XVIII).

15. Desse modo, caso o estatuto de determinada categoria de servidor restrinja, de forma significativa, o direito à liberdade de trabalho, de modo a impedir o exercício de outras atividades capazes de complementar sua renda, deve ser assegurada a remuneração equivalente ao salário mínimo, ainda que se estabeleça jornada reduzida de trabalho.

16. Por fim, afasto o argumento da parte recorrente de afronta ao princípio da legalidade (art. 37, *caput*, da CF), em razão de a Lei Orgânica do Município de Seberi/RS assegurar aos servidores municipais o direito a remuneração nunca inferior ao salário-mínimo. Isso porque o enfrentamento dessa tese depende do exame da lei local, inviável nessa instância extraordinária, a teor da Súmula nº 280/STF (“*Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário*”).

17. Diante do exposto, nego provimento ao recurso extraordinário. Proponho a fixação da seguinte tese de julgamento: “É

RE 964659 / RS

constitucional o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público submetido a jornada reduzida de trabalho, salvo quando o estatuto da categoria imponha restrição significativa à liberdade profissional, impedindo o exercício de outras atividades capazes de complementar sua renda”.

18. É como voto.

[1] Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

[2] Art. 39, § 3º. Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

[3] CLT art. 58-A. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 1º O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

[4] CLT, art. 452-A. O contrato de trabalho intermitente deve ser

RE 964659 / RS

celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

08/08/2022

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 964.659 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
RECTE.(S)	: GREICE ALVES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ADAO IVANOR DO PRADO
RECDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE SEBERI
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SEBERI
AM. CURIAE.	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO (IBDP)
ADV.(A/S)	: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO-DPU
ADV.(A/S)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AM. CURIAE.	: SINDSAÚDE - SINDICATO DOS SERVIDORES DA SAÚDE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S)	: RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO

VOTO-VOGAL

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Trata-se de recurso extraordinário com agravo por meio do qual as recorrentes, servidoras concursadas do Município de Seberi/RS, pleiteiam, por força dos arts. 7º, IV, e 39, § 3º, Constituição Federal, além de diferenças vencidas, a fixação, como vencimentos, de valor não inferior ao de um salário mínimo.

O pedido foi julgado improcedente em primeiro grau, em decisão confirmada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

O eminente Relator, ministro Dias Toffoli, vota pelo provimento do recurso, com a fixação da seguinte tese:

*É defeso o pagamento de remuneração em valor inferior ao
salário mínimo ao servidor público, ainda que labore em jornada*

RE 964659 / RS

reduzida de trabalho.

O ministro Roberto Barroso inaugura divergência a fim de negar provimento ao extraordinário. Propõe a fixação da tese de julgamento a seguir:

É constitucional o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público submetido a jornada reduzida de trabalho, salvo quando o estatuto da categoria imponha restrição significativa à liberdade profissional, impedindo o exercício de outras atividades capazes de complementar sua renda.

É o relatório do essencial. Adoto, no mais, o do ministro Dias Toffoli.

Com as mais respeitosas vênias ao Ministro Relator, acompanho a divergência inaugurada pelo ministro Roberto Barroso.

As recorrentes são servidoras concursadas que exercem carga de 20 horas semanais, conforme narrado na inicial; isto é, laboram 4 horas por dia.

Daí se extraem duas ponderações.

A primeira é de que a norma do art. 7º, IV, Constituição Federal não pode ser estendida ao alcance por elas pretendido, pois a garantia do salário mínimo está intrinsecamente vinculada à jornada de 8 horas diárias e 44 semanais.

Nesse sentido, tenho que a referida norma protege o total da remuneração obtida pelo servidor, excluídas eventuais horas extras. Violação ocorreria apenas se, exercendo as autoras jornada diária de 8 horas e semanal de 44 horas, mesmo assim seus vencimentos fossem, no total (excluídas eventuais horas extras), inferiores a um salário mínimo. Aí entendo que a norma deveria ser aplicada e que a garantia

RE 964659 / RS

constitucional do salário mínimo poderia ser, então, protegida por esta Corte.

Não socorre, a meu sentir, que a Lei Orgânica do Município (LOM) preveja salário em valor não inferior ao de um salário mínimo, pois, como bem apontado pelo ministro Roberto Barroso, é inviável a utilização, pelo Supremo, de tal parâmetro de controle, na medida em que a ofensa seria reflexa. Mais não fosse, a própria redação do art. 97 da LOM não tem o alcance pretendido pela parte autora, na medida em que não dispõe de forma expressa que o valor não inferior ao salário mínimo seja devido, independentemente da jornada de trabalho.

Ademais, com as mais respeitosas vênias, reconhecer vencimento não inferior a um salário mínimo a servidor que trabalhe menos horas do que outro que labore em jornada de 40 ou 44 horas semanais acaba por violar a isonomia. Assim não fosse, nada impediria que a Administração do Município aumentasse a jornada de trabalho de forma proporcional ao aumento do vencimento até um salário mínimo.

Aliás, na esteira da jurisprudência consolidada deste Tribunal, observo que o enunciado vinculante n. 37 da Súmula, extraído do julgamento do RE 592.317, ocorrido em 28 de agosto de 2014, Relator o ministro Gilmar Mendes, também obsta o acolhimento do pedido. Confira-se:

Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

Ainda, a segunda ponderação é de que, considerada a jornada de apenas 4 horas diárias, no total de somente 20 horas semanais, não observo, em princípio, qualquer impedimento para que as servidoras, antes ou após o mister junto à municipalidade, exerçam outra atividade.

RE 964659 / RS

Ante o exposto, com as mais respeitosas vênias ao eminente Relator, acompanho a divergência inaugurada pelo ministro Roberto Barroso, para negar provimento ao recurso extraordinário, bem como a tese defendida por Sua Excelência.

É como voto.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 964.659

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

RECTE.(S) : GREICE ALVES E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : ADAO IVANOR DO PRADO (68018/RS)

RECDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SEBERI

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SEBERI

AM. CURIAE. : UNIÃO

PROC.(A/S) (ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AM. CURIAE. : INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO
(IBDP)

ADV.(A/S) : GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN (SC18200/)

AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO-DPU

ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

AM. CURIAE. : SINDSAÚDE - SINDICATO DOS SERVIDORES DA SAÚDE NO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ADV.(A/S) : RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO (32147/DF, 140251/MG,
1190/SE)

Decisão: O Tribunal, por maioria, apreciando o tema 900 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário, devolvendo os autos ao Tribunal de origem para continuidade de julgamento, a fim de que sejam decididas as demais questões postas no apelo, observando-se os parâmetros decididos neste extraordinário, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Roberto Barroso, Nunes Marques e André Mendonça. Foi fixada a seguinte tese: "É defeso o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público, ainda que labore em jornada reduzida de trabalho". Plenário, Sessão Virtual de 1.7.2022 a 5.8.2022.

Composição: Ministros Luiz Fux (Presidente), Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário